



Relatório de Inspeção nº 2.2027/2013

Processo nº 3499/2013

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

Interessado: 2ª Divisão de Acompanhamento

Assunto: Representação

Ementa: Análise das justificativas para a contratação direta da Associação Bateria Nota Show – ABNS, por inexigibilidade de licitação, no valor de 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura do DF – SECULT, para os festejos carnavalescos de 2013, no período de 09 a 12 de fevereiro/2013. Realização de Inspeção. Pelo atendimento às formalidades do art. 26 da Lei nº 8.666/93 pela Secretaria de Estado e Cultura do DF. Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da análise da justificativa para a contratação direta da Associação Bateria Nota Show – ABNS, por inexigibilidade de licitação, no valor de 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), pelo Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura do DF – SECULT, para os festejos carnavalescos de 2013, no período de 09 a 12 de fevereiro/2013, no espaço



denominado Passarela da Alegria, situado entre o estádio Mané Garrincha e o Palácio do Buriti.

2. Em 24/01/2013, o Ministério Público que atua junto a esta Corte – MPJTCDF encaminhou a este Tribunal o Ofício nº 20/2013-MPC-PG (fls. 5/7) com as seguintes informações:

“Sobre a realização de carnaval no Distrito Federal foi editada a Lei nº 4.738/11, cujo art. 3º foi objeto da ADI nº 2012.00.2.000514-4, proposta pela Procuradoria Geral de Justiça com a finalidade de expurgar do ordenamento jurídico a parte final do referido dispositivo legal. Eis os argumentos da PGJ, extraídos do Voto do Desembargador Silvanio Barbosa dos Santos, Relator:

a - o legislador local, ao inserir no referido diploma normativo a expressão então explicitada, possibilitando a contratação de escolas de samba, blocos de enredo e blocos carnavalescos, de forma direta, sem anterior procedimento de justificativa, afrontou o disposto nos arts. 17, §1º; 19, *caput*, 26 e 28 da LODF;

b - além do mais, a expressão contida na Lei Distrital mencionada amplia indevidamente as hipóteses contidas na Lei Federal 8.666, malferindo a norma limitadora da competência normativa do Distrito Federal.

3. Nesse sentido, noticiou o Órgão Ministerial que, por unanimidade, acompanhando o Voto do Relator, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT julgou parcialmente procedente o pedido, nos termos da Ementa do Acórdão transcrito no mencionado Ofício¹.

¹ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO Num Processo: 2012 00 2 000514-4; Relator Des.: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS; Num Acórdão: 631178; Requerente: PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS; Requerido: PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL; Procuradores da CLDF: ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA e LUÍS EDUARDO MATOS TONIOL; Requerido: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL; Curador: PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (ROGÉRIO LEITE CHAVES); Origem: ART. 3º DA LEI DISTRITAL 4.738, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL N. 4738/2011. CONTRATAÇÃO DE ESCOLAS DE SAMBA, BLOCOS DE ENREDO E BLOCOS CARNAVALESCOS TRADICIONAIS. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE.



4. Sendo assim, consoante o *Parquet*: “Significa dizer que o TJDFT admitiu a contratação de escolas de samba ou de blocos carnavalescos, por inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei nº 8.666/93), devendo-se observar, todavia, as formalidades do art. 26.

5. Em seguida, com o intuito de subsidiar o exame da matéria submetida à análise neste Processo, juntou cópia da Lei nº 4.998/2012, publicada no DODF de 20.12.2012, que acrescentou o parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 4.738/11, estabelecendo que as escolas de samba e os blocos carnavalescos podem ser contratados diretamente ou por meio de representante exclusivo.

6. Também, cópia do extrato de contrato de prestação de serviços para realização do Carnaval de 2013 celebrado entre a Secretaria de Cultura do DF com a Associação Bateria Nota Show no valor de R\$ 5.600.000,00, publicado no DODF nº 02, de 03.01.2013, p. 31/32.

7. Em aditamento ao Ofício nº 20/2013-MPC/PG, o *Parquet* encaminhou a este Tribunal o Ofício nº 044/2013-MPC/CF, noticiando a publicação no DODF nº 26, de 01/02/2013, p. 62, do reconhecimento de inexigibilidade de licitação em favor da Associação Bateria Nota Show – ABNS, no valor de 2.919.000,00 (dois milhões, novecentos e dezenove mil reais), destinados à despesa com a contratação da referida entidade.

ARTIGOS 17, §1º; 19, CAPUT, 26 E 28 DA LODF. INTERPRETAÇÃO CONFORME. PRETENSÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Dentro de sua esfera de competência, conforme art. 30, I, c/c art. 32, §1º, ambos da Constituição Federal, permitido ao Distrito Federal legislar sobre contratação de escolas de samba, blocos de enredo e blocos carnavalescos tradicionais, sendo possível a inexigibilidade de licitação, desde que precedido do procedimento formal exigido pelo art. 26 e parágrafo único, da Lei Federal 8.666/93.

2. Todavia, exurgindo dúvida a respeito do real alcance do texto legal objurgado a melhor diretiva será conferir interpretação conforme no sentido da necessidade do procedimento formal acima referido.

3. Pretensão autoral parcialmente atendida.

Decisão: Julgou-se procedente em parte. Unânime.



8. Mais, em 12/03/2013, protocolizou nesta Casa o Ofício nº 070/2013-CF (fls. 17), encaminhando, em anexo, documentação oriunda do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. Este último documento tem o seguinte teor (fls. 19/20):

“Trata-se de cópia de Ofício encaminhado pela Procuradora-Geral em exercício do Ministério Público de Contas do Distrito Federal ao Presidente do TCDF remetida a esta Assessoria para análise da legislação em vigor relacionada ao procedimento para contratação de escolas de samba, blocos de enredo e blocos carnavalescos para a realização do carnaval no Distrito Federal.

Relata que, nos autos da ADI 2012.00.2.000514-4, proposta pela Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios contra o artigo 3º da Lei distrital 4.738/2011, foi decidido ser *“possível a inexigibilidade de licitação, desde que precedido do procedimento formal exigido pelo art. 26 e parágrafo único; da Lei Federal 8.666/93”*.

Menciona, ainda, a recente aprovação da Lei distrital 4.998/2012, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 3º da Lei distrital 4.738/2011, estabelecendo que *“As escolas de samba e os blocos tradicionais podem ser contratados diretamente ou por meio de seu representante exclusivo, respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 6º desta Lei”*.

Dessa forma, a redação atual do referido artigo é a seguinte:

Art. 3º A realização dos desfiles das escolas de samba, dos blocos de enredo e dos blocos carnavalescos notoriamente tradicionais será contratada pela Secretaria de Estado de Cultura com recursos provenientes do orçamento do Distrito Federal, na forma desta Lei e do art. 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. *(Este artigo foi declarado inconstitucional apenas para conferir ‘interpretação conforme’ em relação à parte final do dispositivo, no sentido de que a evocação do art. 25 da Lei federal nº 8.666/1993 não dispensa anterior procedimento formal exigido pelo art. 26, parágrafo único do mesmo estatuto legal. ADI nº 2012 00 2 000514 – TJDFT, Diário da Justiça, de 9/11/2012.)*

Parágrafo único. As escolas de samba e os blocos tradicionais podem ser contratados diretamente ou por meio de seu representante exclusivo,



respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 6º desta Lei. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 4.998, de 2012.*)

Assim, apesar da alteração legislativa realizada, forçoso é reconhecer que a interpretação fixada pelo Conselho Especial do TJDFT nos autos da referida ação direta em relação ao caput do art. 3º da Lei distrital 4.738/2011 **não sofreu qualquer modificação.**

Desse modo, **permanece em vigor a exigência da observância do ‘procedimento formal exigido pelo art. 26 e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93’** conforme decidido nos autos da ADI 2012.00.2.000514-4.”

9. Nesse contexto, com o escopo de apurar o cumprimento da exigência do procedimento formal estabelecido no art. 26 da Lei nº 8.666/93, referente à contratação da entidade ABNS, por inexigibilidade de licitação, esta Corte de Contas autorizou a realização de Inspeção no âmbito da SECULT, cujo resultado passa-se a expor.

I. DA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO PROCESSO Nº 150.003.582/2012

10. Por meio da Nota de Inspeção nº 01/2013 (fls. 200), solicitou-se àquela Secretaria cópia do Processo nº 150.003.582/2012, que trata do feito em análise.

11. Dos autos do mencionado Processo, constam os seguintes documentos:

- Solicitação da União das Escolas de Samba de Brasília – UNIESBE, no sentido de que a SECULT contrate a Associação Bateria Nota Show, representante das agremiações que desfilariam na Passarela da Alegria de 09 a 12 de fevereiro/2013 (fls. 22/24);
- Projeto Básico do Carnaval do Distrito Federal de 2013 (fls. 22/30);



- Parecer Técnico elaborado pela Subsecretaria de Políticas e Promoções acerca da evolução de preço para o carnaval de 2013 (fls. 31/33);
- Justificativa apresentada pela UNIESBE acerca da decisão tomada na Assembléia Geral, realizada, em 20/12/2012, com a participação de todas as entidades filiadas, que culminou com a escolha da ABNS como representante exclusiva das mesmas (fls. 34);
- Declarações de Exclusividade, em favor da ABNS, apresentadas por 20 (vinte) agremiações (fls. 35/54);
- Certidões da ABNS (fls. 56/63);
- CNPJ da ABNS (fls. 55);
- Regulamento do Carnaval 2013, apresentado pela UNIESBE, datado de 13/12/2013, sem assinatura (fls. 64/75);
- Ata da Assembléia Geral Extraordinária da ABNS (fls. 76/77);
- Ata e Estatuto de Constituição e Funcionamento da ABNS (fls. 78/90);
- Projeto de Carnaval 2013 (fls. 91/105);
- Parecer Técnico elaborado pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG (fls. 106/124);
- Minuta do Contrato de Prestação de Serviços nº 146/2012 (fls. 127/132);
- Informação de Disponibilidade Orçamentária (fls. 134);



- Parecer nº 1157/2012-AJL, da lavra do Sr. Roberto Chaves de Aguiar, Chefe da Assessoria Legislativa da SECULT (fls. 135/141);
- Autorização para contratação de todas as agremiações representadas pela ABNS (fls. 143);
- Instrumento do Contrato de Prestação de Serviços nº 146/2012 (fls. 145/150);
- Publicação do extrato do ajuste, no DODF nº 2, de 3 de janeiro de 2013 (fls. 151);
- Publicação da Ratificação da Inexigibilidade de Licitação, no DODF nº 2, de 3 de janeiro de 2013 (fls. 152);
- Relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento da Execução dos Contratos de Eventos da SECULT, atestando a realização do carnaval de 2013, nos dias 09, 10, 11 e 12 de fevereiro de 2013, na Passarela do Samba.

12. Cumpre, ainda, registrar que as Escolas de Samba elaboraram propostas individualizadas, juntadas às fls. 76/448 do Processo nº 150.003.582/2012.

II. DO INSTRUMENTO JURÍDICO UTILIZADO

13. Para a materialização do evento Carnaval 2013, a Administração do DF optou pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

14. A discussão acerca do instrumento jurídico que melhor se ajusta para a concretização de tais ajustes, se Contrato ou Convênio, foi objeto de análise na Informação nº 81/2012, pertencente ao Processo nº 8.376/11, que tratou do



exame da legalidade, da economicidade e da regularidade das despesas referentes ao Carnaval de 2011, conforme excertos extraídos daqueles autos:

“23. E sabido que, a depender da situação fática, existe um tênue liame entre os institutos jurídicos do Convenio e o do Contrato Administrativo. Naquele a reciprocidade de interesses e o regime de mutua cooperação constituem a sua essência. Em contratos administrativos, verifica-se a existência de interesses contrapostos. Portanto, a questão dos interesses e a principal diferença existente entre os referidos institutos assinalada pela melhor doutrina.

24. No caso vertente, acredita-se que o instrumento do Convenio melhor se ajustaria para a celebração dos referidos feitos, tendo em vista que os interesses das partes afiguram-se recíprocos, configurando a existência de mutua cooperação entre as partes envolvidas.

25. Juridicamente, no entanto, em casos que tais, não há impedimento que os referidos ajustes sejam levados a efeito por meio de Contrato, com fundamento em inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos impostos pela norma de regência, ou seja, os pressupostos requeridos pela Lei n. 8.666/93, dentre eles, a configuração de situação de inviabilidade de competição.

(...)

32. A questão que ora se descortina constitui-se em objeto de calorosos debates no meio doutrinário, que ainda não chegou a um consenso sobre a matéria, caso seja possível. Corrobora com esta assertiva o fato de que na maioria das grandes cidades, onde o carnaval desponta como o grande evento do calendário local, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, os ajustes para a realização dos festejos carnavalescos são firmados por meio de Contratos (fls. 241/243), inobstante os interesses das partes possam parecer comuns.

33. Procedentes, portanto, as informações apresentadas pela jurisdicionada.”

15. Dessa forma, manifesta-se plausível o instrumento jurídico utilizado para a no ajuste levado a cabo para a realização do Carnaval 2013, por meio de contratação direta, com fundamento no inciso III do art. 25 da Lei no 8.666/93,



desde que observados os pressupostos da norma de regência, que serão objeto de análise a seguir.

III. DO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 26 DA LEI Nº 8.666/93

16. Conforme já comentado em linhas anteriores, o TJDFT admitiu a contratação de escolas de samba ou de blocos carnavalescos, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, devendo-se, no entanto, observar as formalidades do art. 26 da referida lei, que assim estabelece:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

17. No caso vertente, analisar-se-á o cumprimento do dispositivo legal supra, quanto à razão da escolha da ABNS para execução do Contrato de Prestação nº 46/2012, bem como no que diz respeito à justificativa do preço praticado no referido ajuste.

III.1.a DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DA ABNS

18. Do Projeto Básico, extrai-se excerto com a seguinte justificativa (fls. 25/30):



“O CARNAVAL DO DISTRITO FEDERAL 2013 visa à realização de desfile de 6 escolas de Samba do Grupo Especial, 10 Escolas de Samba do Grupo de Acesso e 04 Blocos de Enredo, nos dias: 9,10,11 e 12 de Fevereiro de 2013, no espaço entre o Mané Garrincha e o Palácio do Buriti, denominado PASSARELA DA ALEGRIA.

A **ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW - ABNS**, CNPJ N 09.121.982/0001-44 é representante exclusiva das Escolas de Samba:

Do grupo especial **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL UNIDOS DO CRUZEIRO, ESCOLA DE SAMBA ÁGUIA IMPERIAL DE CEILANDIA, ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL ACADÊMICOS DA ASA NORTE, ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL MOCIDADE DO GAMA, GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA BOLA PRETA DE SOBRADINHO ACADÊMICOS DE SANTA MARIA** dos grupos de acesso **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL UNIDOS DO RECANTO DAS EMAS, GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DA VILA PARANOÁ, ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA RECREATIVA E CULTURAL ACADÊMICOS DE SANTA MARIA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DRAGÕES DE SAMAMBAIA), ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA ESCOLA DE SAMBA CANDANGOS DO BANDEIRANTE, GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA CAPELA IMPERIAL, GREMIO RECREATIVO CARNAVALESCO UNIAÕ DA VILA PLANALTO E LAGO SUL, MOCIDADE DO VALPARAISO, IMPÉRIO DO GUARÁ, UNIDOS DO RIACHO FUNDO I, ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL UNIDOS DO VARJÃO**, e dos blocos: **(ACADÊMICOS DO RIACHO FUNDO II, G REMI AÇÃO CARNAVALESCA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE PLANALTINA, GREMIO RECREATIVO E CULTURAL PROJETO COLIBRI, E GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA GIGANTE DA COLINA), (...).**

(...)



A Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais atesta a consagração artística do interessado (**ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW - ABNS**) pelo *release* e documentação apresentada que comprova experiência na área. Assim, considerando as competências, atribuições e buscando atingir a meta desta pasta que é promover e colaborar com as festividades realizadas no Distrito Federal, em suas Regiões Administrativas, de acordo com o Decreto 32.577/2010, art.1º, inciso 3º, e visando cumprir a Constituição Federal em seu Art. 215, que garante a todos o **pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes de cultura; apoiará e incentivara a valorização e difusão das manifestações culturais**, e a Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 246, e o Regimento Interno desta Secretaria de Cultura, no seu Art. 1 “Caput”, e ainda, de acordo com a Lei nº 4.738 de 29 de dezembro de 2011, a exemplo de exercícios anteriores, o Governo do Distrito Federal alocou recursos nesta Secretaria de Estado de Cultura, destinados a realização da referida programação festiva. Diante do exposto, esta Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais apoia a realização do evento.”

II.1.b. ANÁLISE

19. Às fls. 135/141, consta Parecer elaborado pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura, que analisou a modalidade de contratação e a minuta do contrato sob exame.

20. O referido opinativo concluiu que o presente caso configura hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, uma vez que o fato de todas as agremiações encontrarem-se incluídas na contratação, além da impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos, afasta qualquer possibilidade de concorrência.



21. Com efeito, em 20/12/2013, mediante deliberação da Assembléia Geral, todas as agremiações carnavalescas do DF, devidamente constituídas e em condições de desfilar, elegeram a Associação Bateria Nova Show para representá-las com exclusividade, conforme atestam as Declarações assinadas pelos seus respectivos presidentes (fls. 35/54).

22. Diante desse fato, para dar concretude à realização dos desfiles na Passarela da Alegria, celebrou-se a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com a entidade ABNS, que detinha a exclusividade de representação de todas as agremiações. É o que se infere dos elementos constantes dos autos.

23. Tal procedimento encontra guarida no parágrafo único do art. 3º da Lei distrital nº 4.738/2011, que assim dispõe (fls. 124):

“Parágrafo único. As escolas de samba e os blocos tradicionais podem ser contratados diretamente ou por meio de seu representante exclusivo, respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 6º desta Lei.”

24. Assim, considera-se atendido o disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

II.2.a DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO

25. Consoante o Parecer Técnico elaborado pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG (fls. 106/124), as propostas apresentadas pelas agremiações totalizaram a quantia de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscientos mil reais), tendo em vista a apresentação artística, de, no mínimo, 8.400 componentes, assim distribuídos:

Artistas/itens	Quantidade
Componentes – Alas, destaques, passistas, harmonia,	7.034



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 218
Proc.: 3499/13

empurradores, diretoria e composição dos carros alegóricos	
Bateria - Ritmistas	1.324
Carros alegóricos	42
Total de artistas/itens	8.400

26. Comparando com os valores praticados no ajuste em comento com os de anos anteriores (2011 e 2012), argumenta que (fls. 109/110):

“Dividindo o valor total pelo número de integrantes, $(5.600.000,00/8400 = R\$ 666,67)$, temos como valor de referência R\$ 666,67 por componente/artistas, incluindo os carros alegóricos, esse valor por componente a ser investido pelo GDF, diz respeito a todo o processo de preparação envolvendo: ensaios, produção artesanal de fantasias, fabricação de carros alegóricos, enredos, organização do desfile, transporte e o direito autoral dos sambas compostos.

Comparando com 2011, foram repassados R\$ 3.770.000,00 entre escolas e blocos e enredo e pago R\$ 120.000,00 de direito autoral, tendo ao todo desfilado 6.350 componente/artista, sendo o valor unitário por integrante de R\$ 612,60, subindo de modo global 1,37%, e subindo significativamente para 2012 o número de componente/artista. Em 2012 o valor por componente/artista foi de R\$ 621,12, a proposta de 2013 apresenta o valor de R\$ 666,67, incluindo mais uma escola para desfile com a composição mínima de 350 componentes. O valor médio do aumento por integrante é de R\$ 45,55, correspondente a 7,33%.

A SPPC afirma na fl. 0006 que o aumento de 7 %, diz respeito ao processo que compõe a preparação até a realização do carnaval, considerando a inflação. Porém o valor pedido pelas escolas diz respeito a um aumento de 7,33%. Em nota divulgada na imprensa no dia 29/11/2012, a Secult afirma que será feita a correção de 7%, já negociado com o núcleo de governo e apresenta o valor de repasse para as escolas de samba dentro da casa dos R\$ 5.600.000,00. A referida nota não esclarece o critério para o aumento e este índice de 7%, para tanto esta SUAG, vai analisar a



vantajosidade para o parâmetro proposto.

Aplicando o índice de 7%, transcrito pela NOTA, teríamos o valor global ficaria em **R\$ 5.561.325,00**, e não em 5.600.000,00, como transcrito na proposta das escolas de samba. Com o valor ajustado, ficaria proposto o valor médio de **R\$ 662,06** por integrante/componente, em 2012 este valor foi de R\$ 621,12.

O valor no contrato será firmado o pagamento em 3 (três) parcelas, conforme previsto na Lei 4.738, de 29 de dezembro de 2011, Art. 7º, sendo a primeira no ato de assinatura do contrato de 40% (quarenta por cento), 50% (cinquenta por cento) até 30 dias antecedentes ao desfile e 10% (dez por cento) após a realização do desfile com o relatório comprovando o integral cumprimento do contrato. O pagamento antecipado, no exercício anterior ao desfile, foi autorizado pela Lei Distrital 4.998, de 19 de dezembro de 2012.”

27. Ainda, de acordo com o referido Parecer (fls. 110):

“A justificativa de preço apresentada no processo não considera a preparação, os ensaios, oficinas e todos os momentos que envolvem o carnaval, merecedor de reconhecimento e interesse público. Os desfiles são resultados de um processo, que neste caso, iniciou-se em setembro de 2012 e segue até fevereiro de 2013. São pelo menos 20 ensaios de cada escola, totalizando em torno de 400 atividades culturais nas comunidades, fomentando musicas, passistas, dançarinos, instrumentistas e toda uma cadeia econômica cultural.”

II.2.b. ANÁLISE

28. A Planilha de Custos constante do Projeto Básico apresenta



detalhamento precário, informando apenas o valor cobrado por cada escola de samba/agremiação (fls. 30).

29. Contudo, a justificativa do preço praticado no Carnaval de 2013, baseada na evolução dos valores de 2011 e 2012, levando em consideração o custo unitário por integrante, manifesta-se satisfatória, tendo em vista que de 2011 para 2012 houve um incremento de 1,39% e, de 2012 para 2013, a majoração foi 7,33%, o que permite inferir que os referidos percentuais encontram-se dentro dos padrões de razoabilidade.

30. Cumpre registrar que o Processo nº 8.376/11 tratou da Representação nº 07/11 - CF, por meio da qual o Ministério Público junto a esta Corte - MPJTCDf requereu a verificação da legalidade, da economicidade e da regularidade das despesas referentes ao Carnaval de 2011.

31. Mediante a Decisão nº 6634/2012, prolatada nos autos do referido Processo, este Tribunal assim deliberou:

“II - relevar as falhas formais cometidas pela Secretaria de Estado de Cultura quanto à realização das despesas relativas ao Carnaval 2011; III - autorizar o arquivamento dos autos.”

32. Dessa forma, considera-se que a justificativa do preço apresentada pela SECULT atende ao estabelecido no inciso III do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

III. CONCLUSÃO

33. Realizada Inspeção, no âmbito da Secretaria de Cultura do DF, com o fito de colher elementos para análise da justificativa da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da Associação Bateria Nota Show - ABNS,



representante exclusiva das escolas de samba/agremiações do DF, para a realização dos desfiles carnavalescos de 2013, no espaço da Passarela da Alegria, concluiu-se pelo atendimento à exigência do procedimento formal estabelecido no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

34. Em face do exposto, opina-se no sentido de que o e. Plenário desta corte de Contas autorize o arquivamento destes autos sem prejuízo de futuras averiguações.

SUGESTÕES

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I - tome conhecimento da Inspeção realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal com a finalidade de colher elementos para análise da justificativa para a contratação da Associação Bateria Nota Show, para os festejos carnavalescos de 2013;

II – autorize o arquivamento destes autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

Brasília, 07 de fevereiro de 2014.

CARLOS ROBERTO ALVES MARINHO

ACE – 642-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
2ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC F961183E
Proc 3499/2013

Fls.: 222
Proc.: 3499/13

À alta consideração de Vossa Senhoria

Divisão de Acompanhamento, 07 de fevereiro de 2012.

Marcos Aurélio dos Santos
Diretor